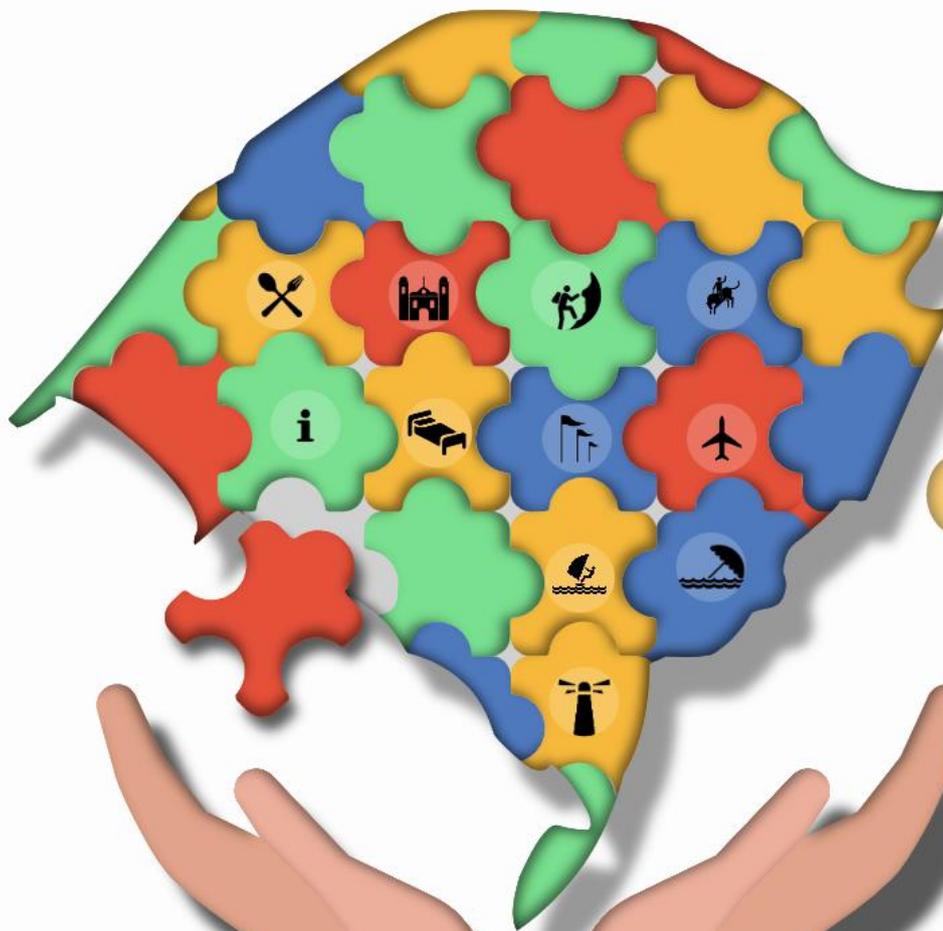


INVENTARIAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

RIO GRANDE DO SUL

Novembro 2019





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador do Estado
Eduardo Figueiredo Cavalheiro Leite

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo
Ruy Santiago Irigaray Júnior

Secretário-Adjunto
Rubens Bender

Diretor de Turismo
Alexandre Romano

Diretor de Turismo
Marcelo Borella

EQUIPE TÉCNICA:

Cristina Beatriz Queirolo Feijó - Analista em Turismo
Divisão de Planejamento e Estruturação da Oferta Turística

Marcia Colao Merllo - Analista em Turismo
Divisão de Informações e Estudos Estratégicos do Turismo

Hosana Colovini - Analista em Assuntos Culturais
Revisão Ortográfica

Alexsandro Brazeiro - Estagiário
José Inácio da Silva Júnior - Estagiário

Equipe Técnica ABBTUR/RS:
Lenora Horn Schneider - Turismóloga
Rita Michelin - Turismóloga

Equipe Técnica IPHAE/RS:
Beatriz Molnar - Arquiteta
Walmir Pereira - Antropólogo
Larhyssa Dutra - Estagiária

Colaboração:
Gladis Maria Pippi - Historiadora
Roséli Azi Nascimento - Bióloga



APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo, por meio do Departamento de Turismo, apresenta uma nova proposta para a Inventariação da Oferta Turística. Essa iniciativa atende à crescente demanda dos municípios gaúchos, interessados em inventariar sua oferta turística e que não dispõem de orientações e instrumentos técnicos, de uso público, para a pesquisa. O inventário é uma peça técnica, fundamental para o planejamento sustentável de um território e extremamente relevante para o autoconhecimento e valorização do patrimônio natural, cultural, infraestrutura e serviços por parte das comunidades, permitindo vislumbrar possibilidades de estruturação turística de produtos e destinos.

O apoio à inventariação turística sempre foi competência do órgão estadual, entretanto, com o lançamento do Programa INVTUR pelo Ministério do Turismo, em 2006, propondo um modelo único e sistematizado para todo o país, o Governo Federal assumiu esta responsabilidade. O Programa foi desativado há vários anos, sem alcançar os objetivos propostos. Considere-se, também, que dificuldades de acesso ao sistema, complexidade e o volume de dados exigidos na metodologia INVTUR, acarretando elevados custos financeiros, inviabilizaram a sua aplicação.

O método ora apresentado, baseado no modelo utilizado no Estado de São Paulo, com algumas adaptações, pretende, além de suprir a carência atual, tornar o processo de inventariação acessível a gestores públicos e parceiros institucionais. Além disso, foi adequado ao paradigma da sustentabilidade nos níveis econômico, social, cultural, ambiental e de governança local com alinhamento ao Plano Nacional de Turismo 2018-2022, sua visão e suas diretrizes.



Nesse sentido, buscou-se formular as questões de maneira objetiva, clara e de fácil compreensão. Por consequência, e seguindo o princípio da economicidade no gasto público, espera-se ampliar o número de municípios inventariados no RS e, assim, qualificá-los para uma melhor gestão na área de turismo, permitindo um planejamento ágil, dinâmico e flexível, com base em informações sistematizadas sobre os atrativos, os equipamentos e os serviços turísticos e a sua infraestrutura.

O inventário consiste em levantar, identificar, registrar e divulgar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, as estruturas de apoio ao turismo, as instâncias de gestão e outras condições gerais que viabilizam a atividade turística, como base de informações para que se planeje e gerencie adequadamente o processo de desenvolvimento.

Deve-se, ainda, inventariar a oferta turística pelo fato do inventário subsidiar o desenvolvimento de novos produtos turísticos e fomentar modalidades já consolidadas, promovendo a diversidade e a inovação, além de dar suporte a segmentos de mercados emergentes. A realização do inventário da oferta turística é um instrumento que atende as orientações do Ministério do Turismo, com destaque no Plano Nacional de Turismo (2018/2022) para a importância do papel do planejamento turístico para a promoção do crescimento ordenado e sustentável da atividade, integrado às demais atividades e aos demais setores da economia local, com especial destaque para a segurança do turista, dos prestadores de serviços e da comunidade local, em todas as suas dimensões. Os documentos que nascem a partir da inventariação serão os balizadores para a elaboração do Plano Municipal de Turismo, o qual está sendo recomendado e até apoiado com recursos do próprio Ministério do Turismo.



1 - Orientações ao pesquisador

O objetivo do inventário é descrever atrativos com interesse turístico potencial ou efetivo. Portanto, **não se busca somente** a OFERTA (quantidade de bens e serviços que os produtores estão dispostos e aptos a oferecer por um determinado preço e em determinada localidade).

O que se deseja é cadastrar o **valor turístico** de cada localidade e comunidade.

O valor turístico é o conjunto da produção humana material e imaterial, individual e coletiva, fruto de relações sociais historicamente estabelecidas por uma comunidade em sua localidade, as quais são capazes de gerar um sistema organizado que agregue um composto de bens e serviços - como informação, transporte, hospedagem, alimentação, entretenimento, eventos, fatores climáticos e geográficos (in natura), e os elementos das infraestruturas geral e específica. Esse conjunto tem por unidade a força de atração que mobiliza o deslocamento e a permanência nessa localidade de pessoas residentes em espaços sociais distintos, chancelando seu valor e estabelecendo uma nova relação social: a hospitalidade. Por ser essa a dinâmica, requer que sua sustentabilidade seja investigada no processo de valorização (LEMOS, 2005).

Assim, cada elemento que compõe o valor turístico deve ser descrito em sua capacidade de integração com os demais elementos e em demais localidades, como, também, sua força potencial de atração de turistas. Quando se tratam de atrativos turísticos, devemos buscar os elementos de sua autenticidade, genuinidade, diferenciação e sustentabilidade, características objetivas (tangíveis, mensuráveis, quantitativas e qualitativas) e características subjetivas (emocionais, sociais e representativas).

É fundamental que os pesquisadores e demais participantes do processo de inventariação tenham um olhar ao mesmo **tempo técnico, holístico e crítico** sobre o lugar, além da capacidade de perceber e de incentivar nas comunidades a ideia de pertencimento a esse lugar. Não se pode tratar o inventário como algo estanque, como a simples ação de se preencher formulários mecanicamente. É preciso vivenciar e entender a realidade de cada lugar – interpretar, traduzir histórias, sentimentos e vidas. Assim, a preparação e a realização do inventário devem ocorrer em harmonia com o ambiente e unir, no que toca ao pesquisador, conhecimento técnico e sentimento, em uma convergência de interesses comuns com a comunidade – artesãos, gestores de meios de hospedagem, de alimentação e taxistas, guias e agentes de turismo, prefeitos e vereadores, líderes comunitários e dirigentes de associações, doceiras e comerciantes, professores e alunos, floristas e engraxates, servidores públicos e da iniciativa privada e assim por diante. Todos são igualmente imprescindíveis na composição do arranjo produtivo do turismo.



2 - Etapas do processo de Inventariação Turística

2.1 - Informar ao Departamento de Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do RS a abertura do inventário com o objetivo de obter um acompanhamento técnico.

2.2 - Formação do grupo de trabalho: a equipe deve possuir um coordenador, preferencialmente turismólogo, e pesquisadores de acordo com o prazo do trabalho e tamanho do município. Recomenda-se uma equipe multidisciplinar (biólogos, historiadores, arquitetos, entre outros profissionais de acordo com a característica do território).

2.3 - Elaboração do Plano de Trabalho: é uma ferramenta que permite ordenar e sistematizar toda a pesquisa servindo de guia do trabalho, visto que propõe uma forma de inter-relacionar os recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos disponíveis. As ações propostas devem ser desenvolvidas até o limite de prazo, sendo esperado o cumprimento dos objetivos dentro da data limite estipulada no cronograma.

2.4 - Treinamento da equipe técnica: essa etapa envolve a capacitação dos pesquisadores que farão parte do trabalho, com a apresentação dos formulários e da metodologia do inventário da oferta turística do município em questão.

2.5 - Pesquisa de gabinete: essa etapa constitui-se em uma pesquisa bibliográfica e documental em fontes secundárias coletadas na internet, em estudos, trabalhos, projetos, folhetos, manuais, relatórios, livros, jornais, revistas e levantamentos já realizados sobre o turismo no município, a fim de melhor direcionar a pesquisa de campo; a pesquisa de gabinete deverá ser realizada considerando a coleta e o registro dos dados, de acordo com a metodologia apresentada. As pesquisas bibliográficas representam uma etapa fundamental do trabalho, que serão parte integrante e direcionadora de uma série de ações e desdobramentos como, por exemplo, no roteiro de pesquisa de campo e segmentos econômicos em destaque no município.

2.6 - Elaboração do roteiro de pesquisa de campo: através dos dados levantados na pesquisa de gabinete, deverão ser elaborados os roteiros da coleta de dados *in loco*. A metodologia da pesquisa de campo poderá ser iniciada por **zoneamento** e finalizada pela **segmentação**.

Pesquisa por zoneamento: o zoneamento é um instrumento amplamente utilizado nos planos diretores, através do qual a cidade é dividida em áreas sobre as quais incidem diretrizes diferenciadas para o uso e a ocupação do solo, especialmente os índices urbanísticos. A forma típica de apresentação de um zoneamento é um mapa contendo as zonas, representadas por cores e siglas, complementadas por uma parte textual em que as zonas são descritas e seus parâmetros urbanísticos são definidos, normalmente em forma de tabela.



Pesquisa pela segmentação: após a coleta de dados pelo zoneamento sugere-se a análise do ponto de vista da segmentação, analisando os principais segmentos já existentes no município e os que apresentam potencial.

2.7 - Pesquisa (coleta de dados): essa fase corresponde ao levantamento de dados que serão obtidos através da pesquisa em campo (*in loco*). O pesquisador deverá visitar os locais já levantados e mapeados nas etapas anteriores e levar sempre em consideração a inclusão de aspectos omitidos ou novos. É imprescindível que o pesquisador visite os locais a serem inventariados.

2.8 - Análise dos dados coletados: após levantamento de todos os dados (na pesquisa de campo e de gabinete) deverá ser realizada a análise dos mesmos com a compilação e elaboração de gráficos e tabelas, formando uma base de dados.

2.9 - Realização de oficina de *brainstorming* com a equipe envolvida: após a compilação e análise dos dados, a equipe deverá debater sobre os resultados encontrados e a forma de apresentação dos mesmos. Consiste em uma reunião, também chamada de tempestade de ideias, na qual os participantes devem ter liberdade de expor suas sugestões e debater sobre as contribuições dos colegas. É uma técnica utilizada para propor soluções a um problema específico. Essa ferramenta serve para gerar ideias a partir de um processo estruturado e proativo, propondo soluções e abordagens.

2.10 – Elaboração do relatório final: o relatório final deverá ser apresentado em forma de diagnóstico, contendo, além dos resultados quantitativos solicitados nos formulários, a análise qualitativa, seguindo as orientações abaixo:

- a. Identificar a situação atual do município enquanto produto turístico, a saber, seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças;
- b. Relacionar os impactos do turismo nos recursos naturais, na economia e no patrimônio sociocultural do município;
- c. Caracterizar o nível de organização dos segmentos sociais envolvidos com o turismo;
- d. Identificar os segmentos existentes e seu potencial;
- e. Indicar as atividades a serem apoiadas através de projetos que promovam a melhoria do desempenho e o fortalecimento das mesmas;
- f. Apresentar as necessidades de investimentos por parte do Poder Executivo Municipal para melhorar a infraestrutura turística do município;
- g. Apontar as necessidades de novos investimentos e empreendimentos a ser realizados pela iniciativa privada, a fim de satisfazer a demanda turística já existente e de atrair um maior fluxo de turistas no município;



- h. Caracterizar o nível de organização dos segmentos sociais envolvidos com o turismo;
- i. Indicar os impactos do turismo no meio ambiente natural e antrópico do município;
- j. Caracterizar o nível de organização dos segmentos sociais envolvidos com o turismo e indicar as articulações que ainda se fazem necessárias para promover o turismo no município;
- k. Indicar as formas de promoção e divulgação necessárias para o fortalecimento do turismo no município;
- l. Indicar necessidade/possibilidade de parceria para potencializar atividade turística no município;
- m. Expor outras informações importantes sobre o turismo no município que possam colaborar para a elaboração do Plano Municipal de Turismo.

Fonte: Adaptado do edital para a Elaboração de Inventário e Pré- Diagnóstico Turístico do Município do Rio Grande, 2011.



3 - Formulários

Os formulários estão divididos em cinco categorias:

Categoria A - Dados básicos e infraestrutura de apoio: aborda as instalações e serviços, públicos e privados, que proporcionam o bem-estar dos residentes e também dos visitantes, tais como o sistema de transportes, de saúde, de comunicação, de abastecimento de água, de energia e tantas outras estruturas básicas e facilidades existentes nos municípios.

Categoria B - Caracterização turística: são dados sobre o cenário da atividade turística no município, tais como órgão oficial de Turismo, entidades de classe representativas, fluxo e perfil do visitante, economia do turismo, qualificação, planejamento, entre outros.

Categoria C - Serviços e equipamentos turísticos: congrega o conjunto de estabelecimentos e prestadores de serviços que dão condições para que o visitante tenha uma boa estada: hospedagem, alimentação, diversão, transporte, agenciamento, etc.

Categoria D - Atrativos, rotas e roteiros turísticos: são elementos da natureza, da cultura e da sociedade – lugares, acontecimentos, objetos, pessoas, ações – que motivam alguém a sair do seu local de residência para conhecê-los e/ou vivenciá-los.

Categoria E - Segmentação turística: forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda.

3.1 - Na Ficha Técnica (modelo):

Coordenação Geral: sob a tutela do município, coordena e supervisiona a realização da pesquisa, responde ao município contratante pela coleta, inserção e fidedignidade dos dados levantados pelos pesquisadores, corrige os formulários assinando como responsável técnico pelo inventário;

Pesquisadores: sob a orientação e supervisão da Coordenação, coletam os dados em campo e em gabinete, preenchem os formulários, fotografam os locais visitados, identificam as coordenadas pelo GPS (Sistema de Posicionamento Global), validam as informações e respondem por elas. Além dos nomes, registrar a formação de cada um.



3.2 - Orientações Gerais (válidas para todas as categorias de formulários):

- Os formulários são as ferramentas de coleta de dados *in loco*; recomendamos o preenchimento com lápis B4 ou B6. Devem ser preenchidos em letra de forma, legível e tomar cuidado para mantê-los limpos e guardados em local seco;
- A inventariação da oferta turística deve, preferencialmente, ser supervisionada por profissional turismólogo, a fim de garantir qualidade técnica do conteúdo, impactando diretamente no desenvolvimento do diagnóstico;
- Toda a documentação produzida será de propriedade exclusiva da Prefeitura Municipal sendo possível divulgá-la apenas com a autorização da mesma;
- Para melhor entendimento dos termos constantes nos formulários, sugerimos consulta ao Glossário do Turismo, publicação do Ministério do Turismo, disponível no site www.turismo.gov.br/publicacoes e também no www.dadosefatos.turismo.gov.br/glossario-do-turismo. Após a leitura do referido Glossário, permanecendo alguma dúvida, esta deve ser encaminhada por escrito, ao e-mail inventario@sedetur.rs.gov.br;
- A realização dos trabalhos deverá ser acompanhada de registros fotográfico e geográfico (GPS). Todos os lugares visitados deverão ser fotografados em formato digital para que as fotos sejam utilizadas junto ao banco de dados, facilitando a visualização por parte de quem consulta o mesmo, e devem conter as coordenadas do objeto de pesquisa inventariado;
- Campo “**Observações**”: espaço destinado para informação que o responsável julgar pertinente para diagnóstico do destino e que não encontrou campo específico para registro;
- Campo “**Fonte**” que aparece ao final da maioria dos tópicos: registrar quem forneceu a informação, com nome da entidade/instituição, seguido do nome da pessoa, contatos de e-mail, telefone OU, ainda, se a informação foi retirada de um site, colocar o link do mesmo;
- Quando houver mais de um item no atrativo/serviço/equipamento/evento a ser mencionado, deve-se multiplicar o quadro matriz;
- Os campos que não forem respondidos devem conter uma justificativa, de modo a assegurar que não foi por simples esquecimento. Possíveis respostas: “NÃO SE APLICA” / “NÃO EXISTE ESTE DADO”;
- Na inicial de cada título, existe um **código** numeral que inicia pela letra correspondente à letra do formulário (de A a E). Na sequência, começa com o número “1” no primeiro campo e assim por diante (ex.: A.1; A.2; A.3). Em cada campo, se houver desdobramento, a numeração agrega uma nova sequência de números (ex.: A.1.1; A.1.2). Se, em determinado campo, houver mais de uma situação (mais de um estabelecimento, atrativo, local, evento), esse código deverá ser complementado (ex.: se o primeiro hotel for C.5.1, o próximo hotel a ser inserido será C.5.2 e assim por diante). No quadro, constará apenas o primeiro código, ficando a cargo do pesquisador codificar os demais;



- A **Codificação mencionada acima** serve para sistematização dos formulários em um sistema próprio do município ou em outro eventual sistema a ser criado, futuramente, pelo Estado e/ou por instância regional. Dessa forma, será possível organizar e filtrar assuntos;
- Sempre que for solicitado o **fluxo** de visitantes/hóspedes, **por mês**, em não havendo a informação, registrar pelo menos o número total do ano, se existir o dado;
- Os CNPJs devem ser confirmados no site da Receita Federal: http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/CNPJ/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp;
- Deverão ser convocadas reuniões de acompanhamento dos trabalhos com a coordenação da prefeitura e/ou equipe quando necessário;
- A homologação dos serviços será dada após recebimento, avaliação e validação dos produtos pela coordenação do trabalho do município;
- A prefeitura deverá facilitar o acesso às informações e ser mobilizadora junto à comunidade e Trade Turístico (cadeia produtiva do turismo) do trabalho a ser desenvolvido.



Orientações nos Formulários tipo A – Dados básicos e infraestrutura de apoio

- A.1. Breve histórico do município: dados relativos aos aspectos geopolíticos e administrativos, tais como área, população, limites, altitude, clima, atividades econômicas e outras;
Obs.: evitar colocar dados de cunho político, como por exemplo: “Na gestão 2012/2016 a Prefeitura aumentou os índices de...”.
- A.3.4. Estrutura/Transporte Aéreo: na tipologia “internacional”, especificar no campo “Observações” quando a abrangência se der apenas em função de fronteiras internacionais.

Deverá ser identificado:

- Se os serviços públicos (abastecimento de água, serviços de esgoto - tipos, serviços de energia, coleta de lixo e limpeza pública) estão suprindo as necessidades de toda a população e visitantes, especificando quais os lugares onde existem esses serviços e quais estão carentes dos mesmos;
- Rodovias de acesso ao município, quanto ao tipo de pavimentação, ao estado de conservação, à existência e ao estado de conservação da sinalização;
- Meios de acesso (rodoviária, aeroporto, porto e hidroviária), quanto à existência e o estado de conservação da sinalização, estado de conservação do próprio local;
- Sistema de comunicação quanto à disponibilidade no município e à acessibilidade para pessoas com deficiências. Ex.: braille, recursos de áudio, etc;



- Se o sistema de segurança existente é suficiente, quanto ao número de delegacias especializadas para turista, postos policiais, viaturas e guardas, para suprir as necessidades de toda a população e visitantes;
- Se o sistema médico-hospitalar é suficiente, quanto ao número de hospitais, clínicas, leitos e médicos, para suprir as necessidades de toda a população, visitantes e também a acessibilidade para pessoas com deficiências físicas;
- Se o sistema educacional é suficiente em característica e em números para instruir toda a população, inclusive as pessoas com deficiências físicas;
- A maioria dos dados constantes no primeiro quadro do Formulário A, podem ser encontrados junto ao site do IBGE (www.ibge.gov.br);
- Título honorífico: informação opcional. É como o município é conhecido promocionalmente. Adjetivo que distingue/reconhece o município em algum aspecto. Ex.: “Venâncio Aires, a Capital Nacional do Chimarrão”.



Orientações nos Formulários tipo B – Caracterização turística

- B.1 Categorização: é possível verificar acessando www.mapa.turismo.gov.br;
- B.2 Fluxo de visitantes: a solicitação é percentual (%) por mês, mas se o município dispuser do dado de outra forma e ainda que parcial, informar no campo “Observação”; se os dados preenchidos na sequência (origem dos visitantes) não forem relativos ao mesmo período dos dados da distribuição percentual do fluxo de visitantes, informar a qual período se referem;
- B.3 Órgão Oficial de Turismo: não necessariamente uma secretaria exclusiva para o Turismo. Pode ser integrada com outros temas como Educação e Cultura, por exemplo. Entretanto, deve haver pelo menos um técnico responsável pela execução da política pública municipal de turismo, bem como rubrica orçamentária para o Turismo;
- B.4 Conselho Municipal de Turismo: da mesma forma que a secretaria, o conselho poderá ser integrado com outros temas de interesse como desenvolvimento econômico, por exemplo;
- B.8 Economia do Turismo: Os CNAEs (códigos nacionais de atividades econômicas) podem ser procurados em concla.ibge.gov.br. Citar apenas aqueles que foram considerados para efeitos da atividade turística; Incentivos municipais/fiscais ao Turismo (descrição, legislação): se o município for beneficiário de incentivos de outras esferas, registrar no campo “Observações”.



Orientações nos Formulários tipo C – Serviços e equipamentos turísticos

- Antes de sair a campo, verificar em www.cadastur.turismo.gov.br quais os prestadores de serviços turísticos estão cadastrados no município;
- Os empreendimentos turísticos do tipo meios de hospedagem, em construção, devem constar no Campo “Observações”, com a previsão de UHs, leitos e data aproximada de início das atividades;



- C.3.2 – Estruturas/Equipamentos para Eventos: neste item devem constar apenas as estruturas não sediadas em estabelecimentos do tipo meios de hospedagem, pois aqueles esta categoria será relacionada mais adiante, no campo C.5 (para evitar repetição);

Deverá ser identificado:

- Identificar se os serviços e equipamentos de hospedagem são suficientes em número para suprir as necessidades dos visitantes do município; verificar também a qualidade desses serviços e equipamentos; averiguar se há alguma parceria entre esses serviços e equipamentos e as agências de turismo; examinar a capacitação dos funcionários no setor. Averiguar a acessibilidade para pessoas com deficiência;
- Se os serviços e equipamentos para gastronomia são suficientes em número para suprir as necessidades dos visitantes do município; verificar também a qualidade desses serviços e equipamentos, conforme o módulo B 2.1; examinar a capacitação dos funcionários no setor; averiguar a acessibilidade para pessoas com deficiência;
- Se os serviços e equipamentos de agenciamento de turismo receptivo fazem um trabalho de captação e com que efetividade; se esses serviços e equipamentos participam de eventos de turismo, com ou sem estande, a fim de divulgar seus serviços; verificar também se há alguma parceria entre esses serviços e equipamentos e outros atores do setor; averiguar a qualidade desses serviços e equipamentos.



Orientações nos Formulários tipo D – Atrativos/Rotas e roteiros turísticos:

- Os atrativos que estiverem inseridos geograficamente dentro de outros atrativos maiores devem constar como informação do atrativo maior nestes formulários, a fim de evitar a duplicidade de dados!
Ex.: Cânion Itaimbezinho, apesar de ser um importante atrativo turístico gaúcho, deve constar como atrativo secundário dentro do atrativo Parque Nacional Aparados da Serra. Os atrativos secundários também devem ser codificados, a exemplo dos atrativos principais;
- Campo D.1: principais atrativos turísticos: apenas relacionar o nome fantasia dos cinco principais, a fim de se ter uma visão geral. Eles deverão ser detalhados mais adiante, bem como os demais atrativos que não entraram neste campo;
- No Campo “breve descritivo do atrativo”, evitar ser repetitivo com relação aos dados já informados;
- Não se tomba bens referentes ao Patrimônio **Imaterial**. A legislação é a salvaguarda através do registro do bem inventariado, no livro de registro correspondente. Determinados eventos são equivalentes às celebrações do Patrimônio Imaterial (de caráter religioso, tradicional, ritualístico) e passíveis de salvaguarda, através do instrumento jurídico do registro;
- Para bens tombados como Patrimônio **Material**, sempre citar legislação, inclusive Plano Diretor;



Orientações nos Formulários tipo E- Segmentação Turística:

- Em cada segmento, existe o campo **“Cenário geral do segmento”**. O responsável deve registrar, de maneira sucinta, como se deu o início das atividades relacionadas ao segmento, quais foram as principais ações ao longo do tempo, como encontra-se no momento da pesquisa e, ainda, quais são as perspectivas futuras;
- Mesmo não havendo conteúdo em determinado segmento, a codificação original deve permanecer, a fim de manter a padronização em possíveis sistemas de informações.



4 – Pós-Inventariação

- Recomendamos que o relatório seja entregue organizado ao município, encadernado e/ou digitalizados (escaneados), dependendo do acordo firmado entre a Prefeitura e quem estiver realizando a inventariação;
- Ainda, recomenda-se que a entrega oficial seja através de evento, com a presença do secretariado municipal e o trade turístico;
- Após o levantamento dos dados, sugerimos que o município acesse o site promocional de Turismo do RS (www.turismo.rs.gov.br) e compare as informações levantadas com aquelas constantes na página. Atualizações devem ser comunicadas à SEDETUR através do e-mail informacoes@sedetur.rs.gov.br;
- A atualização dos referidos formulários deve ser realizada a qualquer tempo, sempre que houver alguma alteração dos dados (de conhecimento do responsável) e uma atualização GERAL é conveniente a cada quatro anos. A parte de SERVIÇOS, entretanto, por sofrer maior rotatividade, deve ser atualizada com maior frequência.

Departamento de Turismo
E-mail: inventario@sedetur.rs.gov.br

Porto Alegre, novembro de 2019.



Referências

Brasil. Ministério do Turismo. **Glossário do turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos** – 1ª edição. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/Glossario_do_Turismo_-_1%C2%AA_%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf

BRASIL. Ministério do Turismo. **Inventário da Oferta Turística**/Ana Clévia Guerreiro Lima (coordenador). Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

_____. **Manual do Pesquisador - Inventário da Oferta Turística: instrumento de pesquisa A**/ Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: dezembro de 2006.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022 – Mais Emprego e Renda para o Brasil**. Ministério do Turismo, Brasília: 2018.

ENGEPLUS e FATO, Consórcio de Consultoria. **Relatório Final do Inventário e Pré-Diagnóstico Turístico do Município do Rio Grande**. Engeplus Engenharia e Consultoria Ltda e FATO Pesquisa Social e Mercadológica, Porto Alegre: 2012.

LEMOS, Leandro Antônio de. **O Valor Turístico na Economia da Sustentabilidade**, ALEPH, 2005.

MICHELON, R.C. **Polígrafo do Curso de Capacitação de Pesquisadores para o Inventário do Município de Rio Grande**, Porto Alegre: 2011.

RIO GRANDE. **Edital Prefeitura Municipal de Rio Grande – Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado – PSMI – Projeto Rio Grande 2010 – Uma Visão de Futuro PO 94199** - Elaboração de Inventário e Pré- Diagnóstico Turístico do Município do Rio Grande: 2011.

SÃO PAULO. **Formulário do Inventário do Turismo** – Governo do Estado de São Paulo – Secretaria de Turismo – Coordenadoria de Turismo, Vanilson Fickert, Coordenador, São Paulo: 2018.